

## TEXTOS

( Sugestões para seminários )

## A REPÚBLICA NO BRASIL

( Tristão de Athayde )

Quando em 89 se proclamou a República, a república já existia no Brasil.

Não são os fatos mas o espírito dos fatos que realmente marca os períodos. Os historiadores se servem dos acontecimentos para colocar, ao longo dos anos, os marcos da inteligibilidade da história. Mas não nos iludamos. É preciso distinguir, na história das nações, o que é método de exposição e o que é evolução vital, como no estudo do espírito não podemos confundir os esquemas de psicólogos com a vida total da alma. As datas são meros dados mnemônicos. Durou 32 anos a Revolução Francesa, dizem os historiadores. Mas nós bem sabemos que não durou 32 anos a Revolução Francesa. Seria simples demais. E a realidade se ri desses compartimentos estanques com que procuramos dividir o tempo, para compreender o passado.

É preciso, portanto, compreender que os pontos agudos da história não são os pontos mais expressivos dela, como as ilhas dos arquipélagos não são os pontos mais perigosos de sua configuração. O principal é o que se oculta debaixo das águas. O essencial da história é o trabalho dos espíritos e o pressentimento fugitivo de um ou outro fato precursor.

A incompreensão dessa continuidade suscita certas surpresas infundadas, certos problemas que se perpetuam. A indiferença do povo na proclamação da República, entre nós, é um desses problemas. Mas a sua explicação não estará, em grande parte, no fato de que a República já vinha de longe? O 15 de novembro foi uma data. E uma convulsão aguda. Mas o espírito republicano vinha de tempo mais remoto. Aquele jogo normal das instituições, o equilíbrio dos partidos, a paz exterior, a nobre figura de D. Pedro II, abdicando cada vez mais do seu caráter imperial, a liberdade crescente da opinião, o abolicionismo inflamado, todo o idealismo republicano que, bem ou mal, germinou e floresceu nesse período de ordem e de tranqüilidade, em que o Brasil marcou, como em nenhum outro momento de sua história, os traços essenciais de sua figura moral — tudo indica que a monarquia tinha cedido à república, e que as formas do passado apenas se prolongavam por inércia. A mudança de 89 não representou inteiramente um regime novo. Não foi grande, por assim

dizer, a solução de continuidade nos homens e nas idéias. E o Brasil apenas perdeu, em 89, um quadro de disciplina e um exemplo de moralidade que só mais tarde veio a deplorar, platonicamente.

É inexacto, portanto, atribuir ao 15 de novembro uma importância excessiva. O país aceitou silenciosamente a República, pois já vivia em república. E as transformações políticas que houve — e só o tempo naturalmente as revelou — deram-se justamente no sentido oposto ao que pretendiam os ideólogos do movimento. O poder central, que tinha vindo de abdicação em abdicação, voltou à consciência da sua autoridade. E o círculo vicioso se formou: o caudilhismo suscitando a reação estadista, e a força do poder estimulando as ambições opostas de conquistá-lo.

A República hoje, com trinta e cinco anos de realização, é a resultante de duas forças contraditórias: o **cesarismo** e o **caudilhismo**. De um lado, a autoridade central cada vez mais absorvente; de outro, as forças latentes ou patentes de oposição cada vez mais dissolventes. Entre as duas, o país indiferente, a grande força obscura de trabalho, de inteligência, de egoísmo e de sacrifício, que tece surdamente a vida da nação e em cujo nome as forças contraditórias se digladiam.

( Política e Letras, em *À Margem da História da República*, p. 253 a 255, Rio de Janeiro, Edição do "Anuário do Brasil" (1924). Segunda edição pela Editora da Universidade de Brasília, 1981, "Biblioteca do Pensamento Político Republicano", v. 8, em dois volumes. Nesta nova edição, o trecho transcrito encontra-se às págs. 56 e 57 do segundo volume. )

\*

## QUESTÕES SOBRE A REPÚBLICA IDEAL

( Tommaso Campanella )

Muitas dificuldades militam contra a racionalidade e a utilidade de uma tal república.

1ª — Do que nunca existiu, nem existirá, nem se espera que exista, é inútil e vão tratar. Semelhante modo de viver em comum, inteiramente isento de delitos, é impossível, nem nunca se viu, nem se verá. Foi, pois, inutilmente que nos ocupamos com isso. Do mesmo argumento usava Luciano contra a república de Platão.

2ª — Essa república só pode subsistir numa cidade e não num reino, pois não se podem encontrar lugares inteiramente semelhantes.